

**XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU****Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad**Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERVIÇO: CONTRIBUIÇÕES
DOS GESTORES DO PARFOR UEFS EM PROL DO APRIMORAMENTO DO
PROGRAMA****VALÉRIA SANTANA DE FREITAS**

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

valeria@uefs.br**ALEXANDRE AMERICO ALMASSY JUNIOR**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

almassyjr@uol.com.br**ROSANA CARDOSO BARRETO ALMASSY**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

rcbalmassy@uol.com.br**RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo central discutir a experiência da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) promovido pelo Governo Federal analisando, na visão de seus gestores, as dificuldades e oportunidades encontradas no cumprimento desta política pública. Para isso, o presente estudo de caso utilizou-se de levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com atores diretamente ligados à execução do Programa quais sejam, dirigentes universitários da área acadêmica e professores vinculados à coordenação dos cursos ofertados durante o período de 2010 a 2014. Ao final da pesquisa, pôde-se identificar a necessidade de ajustes na execução do Programa, envolvendo todas as esferas diretamente relacionadas a ele. Destaca-se como resultado a necessidade de promover na UEFS a ampliação do nível de informação da comunidade acadêmica acerca do PARFOR e de fortalecer o acesso para os cursistas do Programa a políticas institucionais já implantadas na instituição. É de fundamental importância também a valorização do PARFOR por parte dos parceiros, em especial das prefeituras municipais, as quais os cursistas possuem vínculos de trabalho, na forma de ampliação de apoio durante o seu processo formativo.

Palavras chave: políticas educacionais; gestão universitária; Bahia.

1. INTRODUÇÃO

A política de formação de professores tem sua origem no Brasil em 1996 pela Lei Federal nº 9.394 que previa a sua execução até o ano de 2007 (BRASIL, 1996). Contudo, diante do quadro deficitário de professores com a devida formação prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, esse prazo foi prorrogado de forma indefinida e não regulamentada enquanto política de estado.

Diante da necessidade de melhor capacitação do quadro de professores das redes de ensino públicas e do grande contingente de professores em busca da qualificação, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (BRASIL, 2009) se apresenta, a nível nacional, como uma grande oportunidade de salto na educação básica, e por outro lado, um desafio aos professores que agora, disputariam novos espaços pela formação.

O Ministério da Educação – MEC brasileiro atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES a responsabilidade de gerir o PARFOR (neste trabalho também chamado de Programa) nas modalidades presencial e a distância. Foi então elaborada a Plataforma Freire, sistema eletrônico criado em 2009 pelo MEC, com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Programa na modalidade presencial. Voltado especificamente aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem a formação exigida pela LDBN, o PARFOR oferta cursos superiores públicos e gratuitos, onde o docente poderá graduar-se em cursos de primeira licenciatura ou segunda licenciatura para os professores que já atuam, porém fora da sua área de formação. Além disso, a oferta de formação pedagógica é voltada para bacharéis sem licenciatura.

De acordo com dados de 2013 disponíveis na Plataforma Paulo Freire a Bahia respondeu por 16,64% do total de matriculados do país em cursos ofertados no âmbito do PARFOR entre 2009 e 2013. A análise do Relatório de Gestão PARFOR (BRASIL, 2013) permite constatar que em 2013, a Bahia destacou-se como o estado com maior número de municípios com turmas implantadas do PARFOR no Brasil.

A análise dos dados da Plataforma Paulo Freire no período de 2009 à 2013 também permite verificar que, entre as entidades administrativas, as Instituições Federais de Ensino Superior abrigaram 53,16% dos matriculados do PARFOR, seguidas das instituições estaduais com 40,57%. As instituições privadas sem fins lucrativos somaram 5,99% e as municipais 0,28%. Logo, 93,73% dos alunos do PARFOR estavam frequentando cursos de licenciatura em instituições públicas. Tais números demonstram a importância que têm as Instituições de Educação Superior - IES públicas estaduais na execução da política de formação de profissionais do magistério da educação básica (BRASIL, 2013).

Enquanto instituição pública de ensino superior, a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, situada no município de Feira de Santana, distante cerca de 115 Km de Salvador, capital do estado da Bahia, foi criada em 1970 em razão de Feira de Santana ser o segundo polo de desenvolvimento do estado da Bahia e um grande centro rodoviário do Nordeste, além do maior centro comercial e industrial do interior da Bahia na época (BOAVENTURA, 2009). Em seu processo de amadurecimento, a UEFS vem ao longo dos anos se dedicando às dimensões do ensino, pesquisa e extensão, ciente do seu papel de promotora do desenvolvimento local e regional. O elenco inicial de cursos foi ampliado gradualmente e a primeira pós-graduação stricto-sensu foi implantada em 1997. Ainda com o olhar voltado ao seu entorno, entre os anos de 1997 e 1998 foram implantados os campi avançados de Santo Amaro da Purificação e de Lençóis, buscando o desenvolvimento de tais comunidades, principalmente, através da oferta de cursos de graduação. Situada no território do Portal do Sertão, a UEFS tem como missão “produzir e difundir o conhecimento, assumindo a formação do homem e de profissionais cidadãos, contribuindo para o

desenvolvimento regional e nacional, promovendo a interação social e a melhoria da qualidade da vida, com ênfase na região do semiárido” (UEFS, 2013). Suas ações abrangem grande parte do semiárido baiano, onde desenvolve atividades que objetivam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dessa espacialidade.

No que tange a formação de professores desde 1999 a UEFS, com base no seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), iniciou a oferta de cursos de licenciatura em pedagogia com habilitação nas séries iniciais, em regime especial, inicialmente em 10 municípios fora de sua sede, perfazendo ao todo, 1.100 vagas. Os cursos tinham uma coordenação local sob a responsabilidade das Secretarias de Educação dos Municípios e todas elas estavam ligadas à Coordenação Central na UEFS. Esta foi a primeira experiência da UEFS com a oferta de cursos de formação de professores, mantidos em parceria com as prefeituras, que, mediante assinatura de convênios, se responsabilizavam pela disponibilização da infraestrutura necessária ao funcionamento dos cursos, além de biblioteca, transporte e alimentação dos professores formadores que ocorria in loco. Tal Programa, foi denominado de Rede UEFS (PPI, 2011-2015). Essa experiência encerrou-se em 2009, porém foi sucedida por outras iniciativas da própria instituição ou em atendimento a demandas do governo do estado da Bahia. Em 2010 a UEFS aderiu ao PARFOR como forma de ampliar suas ações em prol da formação de professores no interior da Bahia.

Não só na UEFS mas em todas as instituições que aderiram ao PARFOR, o apoio financeiro concedido ao Programa é realizado mediante a concessão de recursos de custeio pelo governo federal, calculado com base no número de turmas especiais, e de bolsas efetivas. As bolsas são concedidas para os Gestores do Programa que desempenharem as atividades de coordenação e docência. Os recursos de custeio destinados ao PARFOR viabilizam despesas com serviços de terceiros – pessoa física, porém veda o pagamento regular a pessoa física que possa caracterizar vínculo empregatício, bem como a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual ou municipal).

No presente trabalho, a escolha por analisar o PARFOR na UEFS se deu pela percepção da implicação direta deste Programa para com a melhora da qualidade da educação básica, através da ação de qualificação dos docentes em exercício e pelos seus reflexos também nas práticas dos professores formadores. Práticas estas que, segundo preceitos do Programa e também da UEFS enquanto executora do mesmo, são primordiais para que o processo de formação se concretize em sua completude, pois, é fundamental o respeito aos saberes individuais construídos ao longo das trajetórias docentes dos professores alunos. Para Demo (2009, p. 33), “Há notável acordo em torno da ideia de que um dos males mais comprometedores da educação é o instrucionismo, porque, ao invés de agir de dentro para fora, funciona de fora para dentro, de cima para baixo, autoritariamente”. É sobre esse contexto de formação e aprendizado que se desenrola a presente pesquisa.

Tendo como ponto de partida o entendimento e descrição da percepção dos gestores universitários sobre a contribuição da UEFS na execução da política pública de formação dos profissionais da educação, através dos programas de formação de professores em exercício, entre os anos de 2010-2014, período que caracteriza o início das atividades do PARFOR na UEFS, a pergunta central do presente estudo é: Quais as principais potencialidades e limitações do PARFOR, enquanto política pública de formação de professores em serviço da educação básica, no âmbito da UEFS, na visão de seus gestores?

Para responder esses questionamentos, a pesquisa buscou identificar, sob o prisma dos gestores, as dificuldades e oportunidades encontradas na execução do PARFOR, com o objetivo de diagnosticar as condições de sua realização e propor intervenções de melhoria, dado o contexto estratégico dessa importante política pública na área educacional. Caracteriza-se assim a presente pesquisa em um estudo de caso, pois, segundo Gil (2007), o

estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que busca aprofundar e exaurir o estudo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. O projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB através da Plataforma Brasil.

A pesquisa se baseou na interpretação dos fenômenos, o que a caracteriza como de natureza exploratória, uma vez que, segundo Gil (1991) visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. O decorrer dos estudos foi fortemente marcado pelo levantamento bibliográfico, culminando com entrevistas com atores que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Quanto aos atores escolhidos, os principais envolvidos no universo do contexto da pesquisa foram os dirigentes universitários da área acadêmica, quais sejam, Pró-Reitores de Graduação e Coordenadores do Programa Especial de Formação de Professores, bem como os professores diretamente ligados a coordenação de cursos do PARFOR UEFS. Desta forma, o estudo exigiu o relato das ações e vivências dos sujeitos envolvidos, utilizando-se para isso da técnica da entrevista semiestruturada.

Do ponto de vista da forma de abordagem, caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, pois considerou a relação entre a realidade e o sujeito, e, por se tratar de subjetividade, não pôde reduzir-se a números. Assim, os atores principais da pesquisa são diretamente responsáveis pela avaliação da execução da política ora estudada. A pesquisa é também descritiva, pois, ainda segundo Gil (2007), visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A interpretação dos dados contou com a exploração de outros autores e pesquisas também relacionadas ao PARFOR em experiência conduzidas em outras IES.

2. A EXPERIÊNCIA DO PARFOR UEFS NA VISÃO DE SEUS GESTORES: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

A escolha dos atores que compuseram o grupo dos gestores do PARFOR UEFS ocorreu com base em critérios objetivos, uma vez que estavam diretamente ligados a execução do Programa. Desta forma, o Pró-Reitor de Graduação, bem como o Coordenador Geral do Programa, foram identificados como indispensáveis à etapa de entrevistas semiestruturadas. Buscando tornar mais completo o grupo de entrevistados, dois coordenadores de cursos do PARFOR, e aqui buscou-se utilizar o critério de maior tempo de vínculo ao PARFOR, foram escolhidos para igualmente participar das entrevistas, totalizando desta forma 4 gestores como participantes da pesquisa.

O PARFOR é um Programa que está sob a responsabilidade da Pró Reitoria de Graduação. O roteiro de entrevista para o Pró-reitor de Graduação foi composto de 6 questões voltadas à visão dele sobre o Programa na UEFS. A Coordenação Geral do Programa, também desenvolve papel fundamental na execução da política de formação de professores da educação básica da UEFS e, desta forma, a entrevista com esse informante objetivou perceber como se articulam as ações do Programa não apenas no âmbito da UEFS mas na relação com os parceiros municipais. O roteiro de entrevista para o coordenador se estruturou em quatro blocos: caracterização geral do gestor, buscando delinear o seu tempo e experiência de serviço público; corpo docente, com questões voltadas aos docentes formadores e sua atuação; orçamento e gestão, com o objetivo de identificar as principais ações de gestão e os impactos orçamentários do Programa nessas ações e por fim uma avaliação geral do PARFOR UEFS e a auto avaliação da gestão.

Ao que tange aos coordenadores de curso ofertados no PARFOR UEFS, o roteiro de entrevistas semiestruturadas se constituiu de 26 questões dividindo-se em caracterização geral, estrutura didático pedagógica, corpo docente, orçamento e gestão, visão geral e auto avaliação. Foram entrevistadas dois coordenadores de cursos do PARFOR, um do *campus*

sede e outro do *Campus* Avançado da Chapada Diamantina. O coordenador com atuação no *campus* sede atuou na coordenação do Programa por mais de 3 anos. O segundo coordenador teve a primeira experiência neste Programa de formação de professores da UEFS em 2010.

Apenas para facilitar a discussão dos resultados os participantes da pesquisa foram identificados pela denominação Gestor seguida das letras A, B, C ou D. Também optou-se pela padronização da identificação dos depoimentos no gênero masculino.

2.1. A institucionalidade do PARFOR na UEFS

Ao avaliar a importância do PARFOR como política de formação de professores o Gestor B destacou que ainda existe um desafio institucional a ser superado que é ampliação da visão do corpo docente da própria universidade em relação ao Programa. Segundo ele a maior parte dos docentes da UEFS ainda não percebe o PARFOR como uma política de formação com impactos para sociedade e sim apenas como um Programa governamental ao qual a universidade aderiu.

O PARFOR eu vejo como uma política de formação de professor extremamente necessária, especialmente no estado da Bahia onde nós temos uma demanda grande de professores sem a devida formação e que precisam da continuidade do Programa. [...] Poucos são os professores da UEFS se dispõem a dar aula, porque acham que é um Programa, não vêm como uma política de formação (Gestor B).

Tal realidade, que empiricamente pode-se afirmar, não é restrita apenas a UEFS, se torna um fator desafiador a gestão do Programa nas universidades pois a falta de uma visão institucional mais ampla, ou o desconhecimento dos objetivos do PARFOR, bem como de seus benefícios junto a sociedade pode acarretar numa série de transtornos administrativos e pedagógicos que dificultam o bom andamento do Programa na universidade e conseqüentemente seus resultados.

Tal aspecto se confirma, por exemplo em relação a própria infraestrutura física que a universidade disponibiliza para o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas do PARFOR. Os entrevistados consideraram que atualmente a infraestrutura disponibilizada pela UEFS para o Programa é razoável, porém até o ano de 2014 não havia, por exemplo, sala própria para a Coordenação Geral do Programa. Os depoimentos a seguir ilustram essa situação decorrente da fragilidade institucional de reconhecimento do Programa:

[...] internamente existe uma dificuldade muito grande com a interlocução com os setores. Nós consideramos que há alguns entraves do ponto de vista da fluidez e dificuldades com relação à execução orçamentária do convênio em tempo hábil. Algumas dificuldades que esbarravam na questão burocrática. (Gestor B).

É importante convencer os Conselhos a considerar o Programa como um Programa da UEFS e não como um Programa do governo. Ele tem que ser um Programa Institucional de formação. Ele tem que fazer parte das nossas políticas de formação. (Gestor A).

Salientado de forma recorrente, o fato de ser uma oferta especial fez e faz com que os cursos de oferta regular assumam uma certa prioridade interna, porém os entrevistados ressaltaram que a gestão na UEFS tem buscado intermediar o diálogo do Programa com as

demais unidades, objetivando sanar os problemas encontrados e promover o melhor reconhecimento institucional do PARFOR.

Nesta mesma linha de ação o Gestor A argumentou que percebe a necessidade de os estudantes do PARFOR participarem mais ativamente da vida acadêmica da instituição, bem como de ter direito a bolsas como monitoria, extensão, iniciação científica, etc, comumente ofertadas aos alunos dos cursos regulares. O questionamento deste gestor ilustra esse posicionamento.

Qual a diferença, enquanto estudante, de um aluno do PARFOR e de qualquer outro aluno dos cursos regulares? [...] a UEFS precisa estender as suas políticas de permanência também a estes estudantes

Segundo este entrevistado o diploma de um curso de oferta regular e de uma licenciatura de oferta especial é o mesmo e que o grande desafio é, respeitando as suas peculiaridades, “incluir o estudante do PARFOR como estudante da UEFS”, assumindo também os obstáculos, a exemplo das dificuldades dos pré-requisitos, das leituras, que estão presentes na vida acadêmica dos alunos, sejam eles da oferta regular ou não. Ele conclui que, desta forma a instituição deve reduzir, via ampliação do acesso a informação sobre o Programa, as resistências de parte do corpo docente, em relação ao PARFOR que, segundo ele, ainda são muito grandes.

Questionado sobre ações práticas que a UEFS possa ter implantado para apoiar institucionalmente o PARFOR, ampliando seu reconhecimento institucional, o Gestor A enfatizou o investimento da gestão em ações de suporte aos professores formadores. Segundo ele:

Nós garantimos o transporte dos professores ao campus avançado da Chapada Diamantina, aos coordenadores para que participem dos programas de capacitação, de reuniões, tanto no IAT [Instituto Anísio Teixeira] quanto outras reuniões externas. O que nós podemos fazer para garantir a participação dos professores e coordenadores em todos os âmbitos, nós garantimos todo o apoio pedagógico e logístico aos cursos. (Gestor A).

Porém as ações institucionais da gestão de apoio ao PARFOR em prol do melhor reconhecimento do Programa, junto à comunidade acadêmica da UEFS, não se restringiram ao corpo de professores formadores. O Gestor B ressaltou a iniciativa da oferta de monitoria através da abertura de algumas vagas com o pagamento de bolsas, por meio de recursos do orçamento da UEFS, para estudantes do PARFOR.

[...] foi um esforço muito grande mas uma escolha acertada a decisão da UEFS de aderir ao PARFOR, a Bahia tem um déficit muito grande [...] mas precisamos estimular também trabalhos e publicações dos professores formadores [...] ampliar a questão da monitoria. Muita coisa ainda precisa ser feita para melhorar, qualificar. Não sabemos como as coisas vão ficar para 2016 com essa crise financeira. [...] Mas precisamos também pensar e viabilizar a formação continuada. (Gestor B).

De acordo com esse entrevistado essa ação foi exitosa, tendo conquistado resultados positivos tanto para os bolsistas como para as turmas nas quais estes atuaram. Esse entrevistado também ressaltou o esforço da gestão em apoiar viagens de campo e a

participação em eventos acadêmicos através da disponibilização de ônibus para os cursistas. Dentro dos limites da carga horária dos cursos e da disponibilidade dos cursistas, ações como estas tem buscado a qualificação dos mesmos.

2.2. A relação com os parceiros externos a UEFS

Ao refletir sobre o PARFOR os gestores da UEFS manifestaram a preocupação com a ausência de políticas de permanência para os cursistas vinculados ao Programa. Eles apontaram que o Programa deveria contemplar estratégias de permanência para os cursistas conforme pode ser verificado nos depoimentos a seguir:

[...] o estudante tem muita vontade e necessidade, o que dificulta? A ausência de políticas para manter ele no curso, porque nós oferecemos o Programa, favorecemos a entrada, eles entram, mas nós não damos condição de permanência então eu lembro que tinha estudantes que tinham que pagar a pessoas para ficar no lugar deles para que pudessem vir assistir aula. (Gestor A)

Nunca foi tranquilo, pois é aquela questão que envolve o regime de colaboração que o PARFOR salienta e que está lá no decreto. Os municípios alegam que é complicado os professores ficarem uma semana fora da sala de aula, e os municípios também não asseguram uma contrapartida para contratar alguém para substituir esse professor e que não têm dinheiro, o professor por sua vez fica numa situação complicada se deixa as escolas e os alunos sem aula (Gestor B).

Diante do cenário de pouco apoio governamental por parte, principalmente, das prefeituras municipais, o Gestor B enfatizou que

[...] assinam um termo de aceite ao PARFOR, mas a grande maioria [dos municípios] pelo menos aqui da nossa região, não atende o básico que é transporte e alimentação pelo menos”.

Tais problemas são recorrentes e já identificados em diversos estudos, porém, o cenário é complexo e, por vezes, difícil de se chegar a uma resolução definitiva para tais impasses. Da mesma forma, Mororó (2012, p. 3.517) afirma: “a ideia do regime de colaboração, da formação presencial e a busca pela garantia da qualidade da formação a partir da participação das instituições públicas, princípios da Política Nacional de Formação, parece não se sustentar”.

Diante disso e para não comprometer o funcionamento dos cursos, foi relatado que a UEFS tem ponderado algumas alternativas como, por exemplo, rever a oferta de turmas no turno noturno, descartar a realização de atividades no sábado à tarde e aos domingos, por conta da necessidade de retorno dos cursistas às suas cidades de origem. Essas seriam estratégias de pressão para que o poder público municipal possa ser mais ativo, na condição de parceiro, em prol de apoiar o processo formativo dos cursistas.

Rodríguez, Nucci e Brito (2015) estudando a operacionalização do PARFOR no período de 2009 a 2011, no estado do Mato Grosso do Sul, corroboram afirmando que além da comum ausência de políticas de permanência complementares ao programa, protagonizadas pelas universidades, é comum a omissão do poder público, seja ele municipal

ou estadual no apoio aos cursistas do PARFOR. De acordo com esses autores, no caso do estado do Mato Grosso do Sul a falta de apoio governamental delegou aos cursistas do programa a responsabilidade pela melhoria de sua formação profissional sem maior apoio e incentivo a permanência dos professores cursistas nos cursos.

Sob o ponto de vista do suporte aos cursistas por parte do poder público, notadamente municipal, os representantes da gestão da UEFS afirmaram que, poucas prefeituras apoiavam os cursistas, concedendo ajuda de custo ou outras formas de apoio. Todavia, viabilizar tal apoio trata-se de uma questão de vontade política, o que fica evidente nos depoimentos destacados abaixo e no exemplo positivo protagonizado pela prefeitura do município de Santa Bárbara - BA:

A Prefeitura de Santa Bárbara disponibilizava ônibus para trazer os alunos, dava uma diária para eles se alimentarem, já a Prefeitura de Serrinha não dava nada, então, dentro de uma mesma sala de aula existiam universos muito diferentes. (Gestor A)

[...] Poucos municípios dão ajuda em termos de alimentação e transporte, a exceção, eu sempre falo porque temos que reconhecer, do município de Santa Bárbara que oferece transporte, alimentação e providencia substituto para os professores que estão em sala de aula [...] e para isso fez um convênio com o IEL, Instituto Evaldo Lodi, de modo a assegurar a presença de estagiários nas escolas. Isso é possível, basta vontade política. (Gestor B)

Na busca pela superação de tantos desafios o Gestor B reconheceu os cursistas como

[...] guerreiros, são heróis pois as dificuldades são inúmeras, eles não têm redução de carga horária e moram na zona rural muitas vezes. Registre-se que já houve, inclusive, casos de alunos que sentiram-se mal devido ao cansaço, ao estresse.

Para o Gestor B tal reconhecimento se torna mais relevante e necessário quando se reconhece que boa parte dos cursistas do Programa são pessoas que já tem uma média de idade mais elevada, muitas vezes em torno dos 60 anos.

2.3. Os desafios do processo formativo no âmbito do Programa

Outro aspecto ressaltado pelos gestores da UEFS, como sendo desafiador ao êxito do Programa, relaciona-se a dificuldade encontrada por muitos cursistas em conciliar suas atividades profissionais com o as demandas formativas do curso. De acordo com um dos gestores, alguns professores formadores cobravam tarefas longas durante os encontros presenciais e também durante o período de atividades a distância, requerendo considerável tempo de dedicação dos cursistas, que também tinham que responder as demandas do trabalho nas escolas. Era comum eles não conseguirem conciliar ambas atividades. Mesmo assim muitos professores formadores não compreendiam isso.

Yéred (2016) pesquisando o professor formador vinculado ao PARFOR em uma instituição de educação superior confessional da Baixada Santista em São Paulo, concluiu que o perfil dos cursistas em relação à situação funcional nas redes em que atuam e à falta de domínio dos bens culturais e simbólicos da língua, exige a busca de respostas no que se refere às suas necessidades formativas, em um movimento que deve impulsionar que os professores

formadores desenvolvam estratégias didáticas que contribuam para o aprendizado dos cursistas e viabilizem a articulação do conhecimento teórico-acadêmico com a prática, evidenciando que a docência no Programa PARFOR tem levado esses profissionais (professores formadores) a reconstruírem seus saberes e suas práticas. Segundo essa autora, é desejável, portanto que as ações e práticas de ensino desenvolvidas por professores formadores do PARFOR sejam registradas, discutidas e compartilhadas, contribuindo, assim, com o aprimoramento das políticas de formação de professores.

Essa visão deve subsidiar a tomada de decisão dos gestores do PARFOR no que diz respeito a seleção dos professores formadores. Tal seleção não pode se pautar apenas em critérios objetivos como tempo de atuação no ensino superior. Julga-se muito importante valorizar a possível experiência do professor formador no âmbito da educação básica, o que o municia com os saberes e vivências da realidade do processo formativo deste nível educacional, ampliando sua sensibilidade e criatividade.

O depoimento do Gestor B, em destaque abaixo, demonstra que a UEFS vem buscando amadurecer seu processo de seleção de professores formadores. Tais critérios tem sido revistos ao longo dos sucessivos processos seletivos e isso é compreendido como um aspecto de qualificação da política de formação de professores em serviço.

[...] até a segunda etapa, não havia seleção, os professores eram convidados. A partir da terceira etapa, [...] para o PARFOR, nós realizamos processo seletivo mediante publicação de edital no Diário Oficial, assinado pelo Reitor, com definição dos critérios de inscrição, seleção, composição de bancas de seleção, definição de baremas inclusive, elaboração de atas e submissão das atas de seleção a aprovação do Comitê Gestor e posterior publicação pela PROGRAD. Isto saneou qualquer dúvida. [...] Nós abrimos o edital e prioritariamente as vagas são destinadas aos professores da casa, em não havendo o preenchimento das vagas, são reabertas para professores de outras instituições, públicas e privadas. O Edital estabelece os critérios de seleção com base na apresentação do Lattes, devidamente comprovado, onde são avaliadas a experiência docente naquele componente no qual o candidato está se inscrevendo, tempo de atuação e a formação dele. Entendemos que o processo tem que ser feito assim para se dar a devida transparência. [...] Houve uma mudança operacional por que, até 2013, os respectivos departamentos se encarregavam de fazer a seleção, só que isso não funcionou bem. Alguns poucos departamentos faziam no prazo e seguiam o cronograma certo. Outros não faziam, perdíamos o prazo e era um estresse muito grande. Além disso, observamos algumas falhas nos processos seletivos com relação à falta de divulgação e inobservância do que estabelecia o edital com relação a documentação (Gestor B).

Além disso, esse Gestor ressaltou a prática de realização de atividades de acompanhamento com professores formadores. Segundo ele as coordenações dos cursos realizam periodicamente com os professores formadores, reuniões para avaliar oferta, dificuldades, relações com as turmas, aprendizagem, rendimento, dentre outros aspectos considerados relevantes, buscando assim qualificar as ações.

No aspecto da avaliação, foi relatado que um melhor acompanhamento tem sido feito, a exemplo das atividades dos professores formadores, e salienta inclusive que dois foram

desligados do Programa por não atenderem às expectativas, principalmente quanto ao cumprimento da carga horária.

fizemos seminários de planejamento, de avaliação e de estágio, aula inaugural do Programa [...] temos que pensar também em fomentar a produção discente no Programa com uma publicação que contemple a produção dos alunos, se aproximar mais das escolas buscando promover eventos que articulem mais essa relação da UEFS e do Programa com as escolas (Gestor B).

2.4. Destaques da ação pedagógica no âmbito do Programa na UEFS

O Gestor C considerou satisfatório o projeto pedagógico do curso que coordena atualmente, porém, quanto à infraestrutura disponível, relatou que uma grande dificuldade, somente recentemente superada, foi exatamente a disponibilidade de salas, especialmente para as aulas teóricas, o que reforça o argumento já explicitado por outros entrevistados da necessidade constante de ampliação do nível de reconhecimento institucional do PARFOR pela comunidade acadêmica da UEFS.

Quanto a proposta conceitual e metodológica do curso o Gestor C lembrou que no início de suas atividades, ainda tinha dúvidas sobre ao sucesso das turmas, porém, ao final constatou que “*eles saíram muito melhores do que entraram*” e acredita não haver muita diferença entre os ingressantes dos cursos do PARFOR e os do processo seletivo regular da UEFS, sendo que muitos estão além da média esperada e lembrou que, ao final do curso, as monografias “*foram muito boas*”.

Na avaliação do Gestor D, o PARFOR trata-se de “*uma experiência belíssima*”, dando destaque para o curso de física que, diferentemente das formaturas de oferta regular, foram graduados mais de 30 professores. O Gestor considerou que foi muito positivo, especialmente para os cursistas, os quais tiveram acesso ao ambiente universitário, o que enriqueceu não só a sua formação acadêmica, mas também política, além de uma perceptível melhora em suas autoestimas.

Na escola houve uma interferência extremamente positiva. Apesar de eles não terem disponibilidade de carga horária das atividades da escola para fazer o curso, eles acumulavam o trabalho e a formação, porém, o que tinha de positivo disso é que o fato de eles não estarem afastados, já aplicavam imediatamente as novas metodologias que eram aprendidas (Gestor D).

O Gestor C ponderou que os índices de evasão e reprovação dos alunos do PARFOR foram abaixo do esperado e, por entender que os cursistas são alunos tanto quanto os alunos da oferta regular, respeitando, claro, as particularidades do formato do curso, o rigor nas aulas, atividades e cumprimento de horários foram os mesmos, desta forma a turma registou reprovações em disciplinas e até mesmo uma reprovação no curso, porém, a seriedade na condução dos trabalhos trouxe reconhecimento por parte da turma e acréscimos para alguns egressos que deram prosseguimento às suas formações e iniciaram, inclusive, cursos de mestrado. O Gestor D considerou satisfatório o projeto pedagógico do curso que coordena e também compreende que “*todo currículo é experimental*” tendo assim a matriz curricular flexibilidade nos seminários temáticos onde a turma sinaliza algum “*conteúdo que a matriz, por si só, não dê conta*”. Imprimir esse caráter de valorização dos saberes locais, bem como de explorar de forma mais aprofundada determinados conteúdos que pedagogicamente

apresentam maiores limitações no processo de ensino e aprendizagem nas localidades é uma das grandes potencialidades práticas do PARFOR.

Neste sentido Bezerra e Bondezan (2015, p. 126) relatam uma experiência no ano de 2012, de alunos do PARFOR presencial da UNIOESTE *Campus* de Foz do Iguaçu. Na referida turma, foi solicitado que uma das disciplinas optativas do curso

abrangessem a Matemática nos anos iniciais, pois os mesmos sentiam muita dificuldade em trabalhar com os conteúdos matemáticos em sala de aula, já que todos são professores da educação infantil ou dos anos iniciais do ensino fundamental. Diante deste pedido, foi elaborada uma disciplina que atendesse os anseios desses alunos e essa disciplina optativa também foi ofertada aos alunos da Pedagogia do curso regular [...] Foram mais de sessenta inscritos, e por uma limitação de espaço, apenas quarenta tiveram suas matrículas aceitas.

Percebe-se assim a importância da adequação dos currículos e da oferta de disciplinas e conteúdos que realmente sejam necessários às práticas docentes.

As turmas foram montadas de acordo à demanda emanada da Plataforma Freire, e, caso haja número igual ou superior à quantidade de vagas para a turma, que, por sugestão dos docentes da UEFS, deve ser de 40 alunos, é feito então um processo seletivo, com base também nos critérios sugeridos pela CAPES. A seleção de professores formadores foi feita pela Coordenação Geral através de edital, porém, antes de assumir a sala de aula, os professores recebem orientação, já conhecendo o perfil dos alunos, e na ocasião é também apresentado pelo professor formador o material didático que será utilizado pelo mesmo, e, além disso, “*há sempre diálogo com o professor formador e a coordenação de curso*” (Gestor C). É também importante a participação dos cursistas, os quais também influenciam, de acordo as suas considerações, a condução do processo de acompanhamento dos professores formadores.

Concordo com a proposta metodológica do PARFOR, mas talvez tivéssemos de mudar um pouco o conceito metodológico de como trabalhar alguns conteúdos específicos porque a academia não gosta de fugir da academia [...] e temos que fazer um grande exercício para lembrar que estamos formando professores (Gestor D).

As coordenações de curso reforçaram a ideia de que o êxito do PARFOR tem relação direta com a capacidade de apoio dos parceiros externos, notadamente os poderes públicos municipais. Isso fica ilustrado no depoimento abaixo do Gestor D que ressaltou a importância do parceiro para superação de obstáculos, que neste caso de relacionava a limitações de infraestrutura para suporte aos cursos:

para os cursos ofertados fora da sede, em especial o da Biologia, nós temos uma dificuldade no Campus Avançado com relação ao laboratório didático, e para vencer isso, já que a sede da UEFS em Lençóis não permite (dispõe de espaço físico) a implantação de um laboratório didático, nós (a UEFS) fizemos uma parceria com uma escola do ensino básico e eles disponibilizaram uma sala e desde a oferta do curso há a adequação desse laboratório (Gestor D).

Tal laboratório ficará também disponível para o ensino de ciências e biologia da escola parceira. Esta ação demonstra a importância da integração da UEFS com os envolvidos nos mais diversos níveis de colaboração para que as ações sejam implementadas da melhor forma possível.

O Gestor D relatou que, anteriormente, as instalações físicas para as coordenações eram sempre disponibilizadas em colaboração com os departamentos no campus da UEFS. Recomendava-se e ainda hoje recomenda-se, que os Coordenadores dos cursos especiais fossem os coordenadores da oferta regular, o que possibilitava, inclusive, assento junto aos Conselhos Superiores e na Câmara de Graduação. Também os espaços para aulas eram um problema, por ser a oferta regular prioridade na ocupação destes. Posteriormente, a construção de um prédio específico para os Programas Especiais no campus da UEFS melhorou as questões relativas a infraestrutura.

As dificuldades que nós encontramos no PARFOR hoje são todas no âmbito da Universidade, não é do Programa em si. Por exemplo: a parcela de contribuição da Universidade hoje diante da crise, apresenta uma dificuldade com o transporte (Gestor D).

No último bloco de questões, que se refere à visão geral do Programa e a auto avaliação, o Gestor C relatou que a principal dificuldade encontrada em sua gestão foi a ausência de um secretário para a coordenação do curso e considerou que, de uma forma global, não houve grandes entraves durante seu período de atuação à frente do curso, desta forma, o Programa cumpriu toda a sua programação, extrapolando inclusive o esperado, quando os formandos se propuseram a realizar um seminário para “discutir, junto à comunidade universitária como os estudos científicos e culturais se entrelaçam na construção dos saberes e práticas de um povo”. Esse evento contou com a participação da administração superior da UEFS, além de um grande público interno e externo.

O Gestor C considerou que os aspectos negativos que mais interferiram no desenvolvimento das atividades foram a dificuldade de conciliação, por parte dos cursistas do curso com o trabalho, além dos espaços físicos nem sempre adequados para as aulas. O Gestor D destacou como ponto negativo o fato de que enquanto alguns cursistas “tinham ajuda de custo do seu município, outros não tinham, e isso é recorrente até hoje, em todos os cursos”. Este(a) Gestor confia ser muito gratificante quando, em visita às escolas, os egressos são revistos atuando como coordenadores pedagógicos, diretores, indo além da docência em sala de aula, e desta forma, “ocupando também espaços na gestão”.

Também como fator limitante o Gestor D pontou, com relação à utilização de recursos, a impossibilidade de bolsa como estímulo à participação de servidores técnico-administrativos da própria instituição.

Outro fator também levantado pelo Gestor D foi a “ineficiência na capacidade instalada de alguns setores internos” nos quais tramitam processos de ordem orçamentário-financeira, comprometendo, por vezes, processos que envolviam aquisições e execuções orçamentárias do PARFOR. Assim, as medidas tomadas resolveram parcialmente os problemas e envolveram um esforço muito grande.

Como aspectos positivos, o Gestor C levantou “o processo formativo e a possibilidade de os cursistas poderem ministrar suas aulas melhor do que antes” devido aos conhecimentos acumulados e renovados durante o curso, além da troca enriquecedora de experiências com os outros colegas, cursistas ou formadores.

Observa-se, diante destas falas, algumas fragilidades que atrapalham, sobremaneira, a gestão do Programa por parte dos coordenadores de cursos. Tais fatores já foram também

apontados nas entrevistas junto a Pró Reitoria de Graduação e a Coordenação Geral do PARFOR.

As entrevistas com os coordenadores de cursos demonstraram a preocupação com o bom andamento das ações do PARFOR, mesmo diante das dificuldades apontadas, a exemplo dos espaços para as aulas, fato importante e que vem sendo melhorado a cada oferta, sem falar nas medidas sempre tomadas buscando o melhor aproveitamento de conteúdos e práticas que o curso oferece. Apontada pelas entrevistas, a burocracia interna foi um fator negativo aos trabalhos das coordenações de curso. Também é consenso a visão do Programa enquanto oportunidade de aprendizado para os professores cursistas e também formadores e consequente melhoria do ensino básico das escolas públicas.

3. CONCLUSÕES

A UEFS, através dos seus programas de formação de professores em exercício, em especial o PARFOR, tem, sem dúvidas, contribuído para minorar as desigualdades educacionais no estado da Bahia, especialmente nos municípios onde atuou ofertando turmas locais e atualmente através da sua oferta na sede, a profissionais do magistério dos diversos municípios do seu entorno, porém ainda existem limitações a serem superadas.

Os esforços da gestão universitária para um melhor aproveitamento dos recursos e das oportunidades que surgiram ao longo da trajetória do Programa até aqui, demonstram um amadurecimento nas ações de condução e busca de aprimoramento em gerir interesses públicos. A demanda por novas turmas, seja em Feira de Santana seja em Lençóis, só ratificam a credibilidade dos cursos da UEFS e a busca dos profissionais do magistério em aperfeiçoarem, a cada dia, suas práticas pedagógicas, baseadas nos conhecimentos teóricos e também práticos que o ambiente acadêmico proporciona.

Todavia os mais de cinco anos de funcionamento do PARFOR na UEFS já permitem inferir a necessidade de ajustes na execução do Programa, envolvendo todas as esferas diretamente relacionadas a ele.

Internamente na UEFS percebe-se o crescente investimento em melhorias da infraestrutura disponível ao Programa, bem como no apoio aos seus professores formadores. Todavia a contribuição dos Gestores faz constatar a necessidade de ampliação do nível de informação da comunidade acadêmica acerca do PARFOR, detalhando suas características e benefícios para a sociedade. Isso facilitaria a superação de problemas internos, decorrentes muitas vezes, do desconhecimento de setores da Universidade acerca do caráter e das particularidades do Programa. No âmbito da Universidade também é necessário dar continuidade e fortalecer o acesso para os cursistas do PARFOR a políticas institucionais já implantadas para os discentes dos cursos de graduação de entrada regular, tais como monitoria acadêmica e possibilidade de participação em projetos de pesquisa e extensão. Este aspecto se torna essencial para que os cursistas se percebam na condição plena de estudantes universitários.

Entretanto para essa ação da Universidade ser exitosa torna-se necessário a valorização do Programa por parte dos parceiros, em especial das prefeituras municipais, as quais os cursistas possuem vínculos de trabalho. Ainda é muito baixo o nível de apoio concedido pelas prefeituras aos cursistas do PARFOR, e na visão dos gestores da UEFS o maior fator impeditivo a ampliação deste apoio se dá por falta de disposição política de muitos prefeitos em investir na formação dos docentes do município como forma de melhorar a qualidade do ensino nas escolas municipais. Para estimular que o poder público municipal reflita sobre a necessidade de ampliar o suporte aos cursistas do PARFOR, a UEFS começa a discutir

mecanismos acadêmicos de ajuste nos cursos do Programa tais como rever a oferta de turmas no turno noturno, descartar a realização de atividades no sábado à tarde e aos domingos, por conta da necessidade de retorno dos cursistas às suas cidades de origem. Essas seriam estratégias de pressão para que o poder público municipal possa ser mais ativo, na condição de parceiro, em prol de apoiar o processo formativo dos cursistas.

Outro aspecto que demonstra o processo de amadurecimento institucional do PARFOR na UEFS diz respeito a seleção de professores formadores, que vem sendo aprimorada ao longo dos anos. A experiência de outros cursos do PARFOR no Brasil permite refletir sobre a necessidade de valorizar, no processo seletivo dos professores formadores, a possível experiência do professor no âmbito da educação básica, o que o municia com os saberes e vivências da realidade do processo formativo deste nível educacional, ampliando sua sensibilidade e criatividade.

Para o aprimoramento do PARFOR enquanto política pública os Gestores da UEFS refletiram que seria positivo a possibilidade de concessão de bolsas a servidores técnico-administrativos das IES como forma de aprimorar o suporte administrativo e acadêmico ao Programa.

Essas contribuições são importantes para o aprimoramento desta relevante política de formação de professores em serviço de forma que os conhecimentos produzidos na área de gestão e de formação de professores da educação básica, produzidos nas academias, extrapolem seus muros e tenham reflexos na formação das novas gerações de nossa sociedade.

4. REFERÊNCIAS

BEZERRA, R. C.; BONDEZAN, A. N. O ensino da matemática no curso de Pedagogia/PARFOR: refletindo a formação de professores. **Trilhas Pedagógicas**, v. 5, n. 5, Ago. 2015, p. 122-133. Disponível em <<http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/trilhas/volume5/8.pdf>> . Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: Edufba, 2009. 272 p.

BRASIL. **Relatório de Gestão PARFOR 2009-2013**. DEB. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-PARFOR.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de Janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 31 jul. 2015.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da

República, 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento** – 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed. São Paulo: Atlas, 1991

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 171 p.

MORORÓ, L. P. A formação de professores em serviço: o PARFOR na Bahia - **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino** - UNICAMP - Campinas – 2012. Junqueira&Marin Editores - Livro 2.

RODRIGUEZ, M. V.; NUCCI, L. P.; BRITO, S. H. A. O PARFOR e sua operacionalização em mato grosso do sul (2009-2011). **Roteiro**, Joaçaba, v. 40, n. 1, p. 51-78, jan./jun. 2015. Disponível em < http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/6453/xml_53>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

YÉRED, P. L. **Ser formador do curso de pedagogia Parfor**: implicações para a profissionalidade docente. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos – SP. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Projeto Pedagógico Institucional – PPI/UEFS** – Políticas de ensino de graduação 2011-2015 – UEFS, 2015.

_____. **Relatório de Atividades 2013**. Feira de Santana: UEFS, 2013.